

**Administração e a Questão Social:
Entre o “Robinsonismo” e o “Étiennismo”**

Fernando Guilherme Tenório¹

Resumo:

A tese central deste ensaio é que a administração como área de ensino, pesquisa e prática tem preferencialmente como causa atender mais os ditames do mercado, os valores da organização econômica de orientação liberal, do que questões que atendam à justiça social. A partir dessa antítese, a hipótese central deste texto é de que a questão econômica no ensino e pesquisa da administração tem se sobressaído à questão social.

Os argumentos descritos nas seções 2, “Robinsonismo”, e 3, “Étiennismo”, serão referenciados, inicialmente, pelos seguintes romances: *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (2011), e *Germinal*, de Émile Zola (2012). Se por um lado o fato de utilizar romances como referências de estudo tem como objetivo sair da mesmice, do marasmo, por outro, apesar de as prosas serem determinadas pelos momentos em que foram escritas, pode fustigar a reflexão sobre a contemporaneidade do exacerbado individualismo robinsonista, que pode ser contradito pela possibilidade coletivista, étiennista, ainda que esta utopia, para não sermos ingênuos, possa ser esmagada “pela força bruta” (Lukács, 2000:123) da realidade robinsonista.

Neste artigo busca-se mostrar que o ensino, a pesquisa e a prática da administração não podem ser implementados como se ela fosse um conhecimento isolado, monodisciplinar, mas como um saber interdisciplinar na medida em que a interação de saberes é o fundamento epistemológico indispensável para compreender a complexidade da sociedade. Assim, desde os anos 1990, professores e/ou pesquisadores tentam sair dessa autodeterminação no ensino, pesquisa e prática da administração por meio de um conceito gerencial denominado *gestão social* que, se ainda não é transdisciplinar, pelo menos intenta se acoplar. Tal conceito tem sido preferido à questão social e preterido à questão econômica. Ao longo desses últimos anos tem-se procurado uma definição que não só incorpore de maneira interdisciplinar outros saberes aos fundamentos epistemológicos dos processos gerenciais, como também tem difundido, por meio de encontros nacionais, pesquisas e publicações, a esperança de que outro modo de administrar é possível, que não aquele hegemônico até a contemporaneidade, o modo do cálculo utilitário das consequências.

Palavras-chave: gestão social, ensino, pesquisa, prática, administração.

1. Introdução

¹ FGV - EBAPE

Tenho conversado com colegas da “velha guarda” – sem qualquer preconceito contra os idosos, até porque estou nesta fase – sobre o ensino e a pesquisa em administração, e percebo algumas dissonâncias. Quando digo velha guarda, faço referência àqueles que defendem a posição de que o ensino e/ou pesquisa em administração, notadamente nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, estão carentes de disciplinas que habilitem, instrumentalizem, os pós-graduandos à prática gerencial. Isto é, para a velha guarda, sem nenhum demérito a suas posições, as instituições de ensino superior (IES) dedicadas às ciências sociais aplicadas estão cada vez mais se afastando do preparo de profissionais às lides operacionais, às ações burocráticas das organizações, e dando ênfase ao saber conceitual, ao pensamento abstrato. Ou, em algumas IES, ao domínio do ensino voltado à pesquisa, com supremacia das metodologias investigativas em detrimento das práticas funcionais.

Não desejando focar a discussão sobre a dicotomia teoria-prática, defendo a posição de que a contemporaneidade tecnológica, notadamente as tecnologias da informação (TI), tem contribuído mais para o viés conceitual do que para o operacional, dada a inexorabilidade do avanço científico-tecnológico. Tal interpretação se deve ao fato de que a modernização das atividades-meio através da TI tem exigido conhecimentos cada vez mais operacionais em vez de reflexivos. A demanda de mão de obra exige um desempenho flexível, por vezes multifuncional, porém, dependente da capacidade do saber manejar computadores e/ou programas. Mesmo aqueles possuidores de formação superior, como o são os pós-graduados, não escapam de se verem dependentes ou de atuarem como extensão de máquinas e/ou “softwares”. Fato que muitas vezes transforma o trabalho imaterial em trabalho material, na medida em que os empregados manipulam sistemas já programados, isto é, o trabalhador de colarinho branco tem diminuído o potencial criativo e se transformado, à semelhança do colarinho azul, em extensão das máquinas computadorizadas (Tenório, 2013).

No entanto, o fato de a velha guarda apontar esta falha no processo de ensino e pesquisa, quer dizer, matrizes curriculares mais dedicadas ao conceitual do que ao operacional, não significa dizer que esta situação contribua para que os pós-graduados concluam seus cursos com capacidade reflexiva² ou atendam, pelo menos aos supostos da modernidade, aqueles de final do século XVIII, que apontavam a necessidade de um pensar republicano, de se pretender o bem comum, o moto desejável de uma sociedade igual, solidária, emancipada, esclarecida.³ O que se tem percebido é o realce, também projetado pela modernidade, apenas da liberdade individual, do empreendedorismo.⁴ Isto é, o exercício da modernidade enquanto

²“Praticar ciências humanas sem fazer reflexão sobre as condições do pesquisador, sobre as perspectivas nas quais trabalha, ou sobre a problemática mesma dessas ciências, é correr o risco de cair no positivismo e tomar por verdade aquilo que não passa de um aspecto parcial de uma verdade, é fazer um trabalho que não pode ter valor científico” (...) Se queremos fazer ciência em matéria de ciências humanas, somos obrigados a ser filósofos, quer dizer, a refletir sobre o estatuto do conhecimento, sobre o estatuto do sujeito que conhece e sobre o seu lugar na elaboração das verdades” (Goldmann, 2008:135- 6).

³“Esclarecimento [*Aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de seu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*]” (Kant, 2008:63-4).

⁴“(A)rautos do pensamento conservador procuram desqualificar a centralidade da luta contra a desigualdade, afirmando que a diversidade de talentos e de capacidade de engajamento deve ser respeitada. De fato, nenhuma pessoa sensata poderia ser contrária à meritocracia e à recompensa pelo empreendedorismo. No entanto, tais valores apenas encobrem o pior cinismo quando não vêm associados à luta contra a desigualdade de oportunidades e condições. A diversidade de talentos é, muitas vezes, a capa que se usa para acobertar que a

emancipação humana está relacionado apenas como o indivíduo poderá usufruir segundo seus interesses, e não pelos interesses comunitários. Daí que a matriz curricular esteja, mesmo que teórica, subordinada ao pensamento voltado ao mercado, segundo os cânones do liberalismo econômico. E quando se trata do liberalismo político, acredita-se que o voto, a democracia representativa, é suficiente no que presta às discussões da sociedade. Por isso, a questão econômica se sobressai à questão social, o mercado se sobrepuja à sociedade, a gestão estratégica se sobreleva à gestão social.

A tese central deste ensaio é que a administração como área de ensino, pesquisa e prática tem preferencialmente como causa atender mais os ditames do mercado, os valores da organização econômica de orientação liberal, do que questões que atendam à justiça social. A partir dessa antítese, a hipótese central deste texto é de que a questão econômica no ensino e pesquisa da administração tem se sobressaído à questão social. Se aqui entendemos por mercado as “relações comerciais baseadas essencialmente no equilíbrio de compras e vendas, segundo a lei da oferta e da procura” (Houaiss, 2001:1897), por social consideramos aquilo que é “concernente à sociedade [ou] relativo à comunidade, ao conjunto dos cidadãos de um país” (Houaiss, 2001:2595). Desse modo, fica clara a antinomia entre o significado de mercado e social. Enquanto no primeiro, mercado, está pressuposta a competição através da lei da oferta e da procura, no segundo, social, é considerada a abrangência entre as pessoas,⁵ uma vez que o engrandecimento pessoal depende das relações sociais nas quais o indivíduo está inserido.⁶

Os argumentos descritos na seção 2, “Robinsonismo”, e na 3, “Étiennismo”, serão referenciados, inicialmente, pelos seguintes romances: *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe (2011), e *Germinal*, de Émile Zola (2012). No primeiro caso, Robinson Crusóé, o personagem principal e que dá nome ao livro, é inglês, mas também um grande proprietário rural no Brasil, que, após um naufrágio, vive solitário em uma ilha onde consegue sobreviver às custas do esforço individual. Já em *Germinal* a figura central do romance é Étienne Lantier, ex-operador de máquinas que, desempregado, vai trabalhar em uma mina de carvão no norte da França e que acredita na possibilidade de ações coletivas para sair da miséria na qual vivem os mineiros.

Se por um lado o fato de utilizar romances como referências de estudo tem como objetivo sair da mesmice, do marasmo, por outro, apesar de as prosas serem determinadas pelos momentos em que foram escritas,⁷ pode fustigar a reflexão sobre a contemporaneidade do exacerbado individualismo robinsonista, que pode ser contradito pela possibilidade

diversidade de riquezas é um problema que quebra a possibilidade de desenvolvimento individual por mérito” (Safatle, 2012:24).

⁵“A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade” (Marx, 2007:34).

⁶“o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto ou indireto, (...) Em poucas palavras, é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim é determinada por ela” (Marx, 2007:422).

⁷ O “romance [é uma] forma representativa [de] época, na medida em que as categoriais estruturais do romance coincidem constitutivamente com a situação do mundo” (Lukács, 2000:96). “A arte é uma forma específica de reproduzir a realidade, e é uma forma de consciência social (...) a criação literária [é] um eficaz veículo de conhecimento quando é capaz de refletir a realidade do mundo” (Goldmann, 2008:10).

coletivista, étiennista, ainda que esta utopia, para não sermos ingênuos, possa ser esmagada “pela força bruta” (Lukács, 2000:123) da realidade robinsonista. Desse modo, o intento de sair da mesmice, da monotonia da escrita acadêmica por meio da estética, é levar em consideração que “a grande literatura é a que consegue ir além das aparências superficiais, captando e reconstruindo a totalidade social como todas as suas contradições” (Bottomore, 1988:139). Reforçamos esta tese com György Lukács, considerado o Marx da estética, ao dizer que a arte, [apesar de ser] somente uma esfera entre muitas, tem, como pressupostos de sua existência e conscientização, o esfacelamento e a insuficiência do mundo (Lukács, 2000:36), ou que “a literatura é um reflexo da realidade objetiva” (Lukács, 2010:41), ou ainda que

A literatura pode representar os contrastes, as lutas e os conflitos da vida social tal como eles se manifestam no espírito, na vida do homem real. Portanto, a literatura oferece um campo vasto e significativo para descobrir e investigar a realidade. Na medida em que for verdadeiramente profunda e realista, ela pode fornecer, mesmo ao mais profundo conhecedor das relações sociais, experiências vividas e noções inteiramente novas, inesperadas e importantíssimas (Lukács, 2010:80).

Se por um lado desejamos sair do marasmo, por outro pretendemos sair do laudatório das hegemônicas teorias organizacionais, apologéticas da racionalidade instrumental, cuja profissão de fé é seguir no estudo e prescrição do que é visível, exterior, preterindo as estruturas que condicionam as relações sociais na sociedade e no interior das organizações. A semelhança de outras áreas do conhecimento, com as exceções de praxe, parece dominar no estudo da administração e, por via de consequência, nas teorias que a valorizam,⁸ comportamento similar ao descrito por György Lukács(2010:201):

Os economistas vulgares se refugiam nos mais superficiais pseudo problemas da esfera da circulação, de modo a banir do mundo da ciência econômica o processo de produção, na medida em que este é processo de produção da mais-valia. De modo análogo, a estrutura classista da sociedade desaparece da sociologia; a luta de classes, da ciência histórica; e o método dialético, da filosofia.

2. “Robinsonismo”

Dados os valores projetados pelo viés do empreendedorismo de mercado, sob o qual as matrizes curriculares são subordinadas, ou da oblíqua direção individualista que tais matrizes privilegiam, o ensino da administração está mais para a “Ilha do Desespero”,⁹ na qual viveu

⁸“Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais da existência, se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes” (Marx, 2011:60).

⁹“30 de setembro de 1659. Eu, pobre e desgraçado Robinson Crusóé, tendo naufragado durante uma terrível tempestade ao largo, cheguei à praia nesta ilha deserta e infeliz, a que dei o nome de ‘Ilha do Desespero’” (Defoe, 2011:126). A ficção criada por Daniel Defoe “parece ter vindo das experiências de um marinheiro que de fato ficou isolado, o escocês Alexander Selkirk (1676-1721), [em uma] das pequenas ilhas do arquipélago de Juan Fernández, a quase seiscentos quilômetros da costa do Chile, no oceano Pacífico. (Essa ilha, (...), chama-se hoje oficialmente Isla Robinson Crusóé, muito embora Defoe tenha situado a ilha de Crusóé muito ao norte dali, no mar do Caribe!). (...) Quando Selkirk voltou à Inglaterra em 1711, obteve alguma fama depois que Richard Steele escreveu a seu respeito em 1713-4, em seu periódico *The Englishman*. O próprio Defoe pode ter estado com Selkirk, mas a narrativa do marinheiro só lhe teria servido de sumário ponto de partida” (Defoe, 2011:17). Apesar dessa possibilidade Fernanda Durão Ferreira, em seu livro *As fontes portuguesas de Robinson Crusóé* (1966), comenta que Daniel Defoe “inspirou-se na figura dum homem que viveu solitariamente muitos anos na

ficcionalmente Robison Crusóe durante aproximadamente 28 anos e onde “possivelmente estava mais feliz naquela condição solitária do que na vida livre em sociedade” (Defoe, 2011:174). Contudo,

particularmente um dia caminhando com a espingarda na mão à beira-mar (...) quando a razão, por assim dizer, argumentou comigo (...) e me disse assim: ‘Bem, tu te encontras numa situação desoladora, é verdade, mas por acaso te lembras onde está o resto de vós? Não eram onze a bordo daquele barco? Onde estão os outros dez? Por que não se salvaram eles e te perdeste tu? Por que foste escolhido? Será melhor estares aqui ou lá?’ (...) Todos os males devem ser avaliados junto com o bem que neles se encontra, e comparados com o que lhes poderia ser pior (Defoe, 2011:117).

Procurando responder a estas perguntas que só a razão poderia fazer naquele momento de isolamento na ilha, Crusóe fez a seguinte benfazeja reflexão:

Pensei então mais uma vez em como estava bem abastecido para minha subsistência, e qual teria sido o meu destino caso o navio, numa probabilidade de cem mil contra um, não tivesse deixado o local onde encalhou primeiro, sendo empurrado para mais perto da costa, de modo a me dar tempo e ocasião de nele recolher todas essas coisas¹⁰. Qual teria sido o meu destino se eu me visse obrigado a viver nas condições em que cheguei à ilha, sem o necessário para a vida, sem suprimentos ou maneira de obtê-los? Particularmente, perguntei em voz alta (embora para mim mesmo) o que eu teria feito sem uma arma, sem munição; sem ferramentas para fabricar coisa alguma ou para trabalhar; sem roupas, cobertas, uma tenda ou qualquer tipo de proteção. Que eu possuía isso tudo em quantidade suficiente e me encontrava em condição favorável para me sustentar a ponto de até poder viver sem a minha arma quando a munição se esgotasse; de maneira que tinha uma possibilidade tolerável de subsistir sem que nada me faltasse até o fim dos meus dias; pois eu tinha imaginado desde o início maneiras de prevenir acidentes que poderiam suceder, inclusive no provir, não só depois do fim da munição mas mesmo quando minha saúde ou minha força declinassem (Defoe, 2011:117).

Karl Marx, no livro I de *O Capital*: crítica da economia política, utiliza o romance de Daniel Defoe para tecer comentários sobre a economia capitalista da época (século XIX), que nem por isso deixa de ser conteúdo estimulador ao entendimento da economia contemporânea e dos efeitos sistêmicos que ela provoca.¹¹

ilha de Sta. Helena e cuja história é descrita por João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia. Para além disto, no desenrolar da obra irão surgindo episódios semelhantes a outros que muito bem conhecemos de OS LUSÍADAS, de A PEREGRINAÇÃO, de ESMERALDO DE SITU ORBIS e DÉCADAS DA ÁSIA, LENDAS DA ÍNDIA e outras obras dos sécs. XV e XVI” (Ferreira, 1966:11).

¹⁰Robinson Crusóe, após o naufrágio do navio, regressa a este e consegue recolher roupas e objetos que considera necessários a sua sobrevivência, entre eles, espingardas, pistolas, pólvora e “ferramentas para trabalhar em terra, e foi só no final de uma longa procura que encontrei a caixa do Carpinteiro, um tesouro deveras útil para mim, e muito mais valioso que um carregamento inteiro de ouro teria sido naquela hora” (Defoe, 2011:103).

¹¹Daniel Defoe, ao escrever *Robinson Crusóe*, publicando-o em 1719, parece ser influenciado pelo pensamento liberal econômico e político que começava a surgir naquele momento. Segundo Henri Denis (1974), a linguagem liberal sob a perspectiva econômica começa a tomar fôlego com a contribuição do francês “Pierre Le Pesant, senhor de Boisguillebert” (Denis, 1974:147). Ainda de acordo com Denis, na Inglaterra, terra de Defoe, David Hume e Adam Smith desenvolveram, respectivamente, o legado político e econômico do pensamento liberal. Por sua vez, Lucien Goldmann faz o seguinte comentário sobre a literatura dessa época: “É uma forma literária

A economia política adora imaginar experimentos robinsonianos. Façamos, por isso, Robinson aparecer em sua ilha. Moderado por natureza, tem, entretanto, de satisfazer diferentes necessidades e, por isso, é compelido a executar trabalhos úteis diversos, fazer instrumentos, fabricar móveis, domesticar lamas, pescar, caçar. Não falaremos de suas orações e de coisas análogas, pois Robinson se compraz nelas, considera restauradoras atividades dessa natureza. Apesar da diversidade de suas funções produtivas, sabe que não passam de formas diversas de sua própria atividade, portanto, de formas diferentes de trabalho humano. A própria necessidade obriga-o a distribuir, cuidadosamente, seu tempo entre suas diversas funções. Se uma absorve parte maior ou menor de sua atividade que outra, é porque há maiores ou menores dificuldades a vencer para se conseguir o proveito ambicionado. É o que a experiência lhe ensina, e nosso Robinson, que salvou do naufrágio o relógio, o livro-razão, tinta e caneta, começa, como bom inglês, a organizar a contabilidade de sua vida. Sua escrita contém um registro dos objetos úteis que possui, das diversas operações requeridas para sua produção e, finalmente, do tempo de trabalho que em média lhe custam determinadas quantidades dos diferentes produtos. Todas as relações entre Robinson e as coisas que formam a riqueza por ele mesmo criada são (...) simples e límpidas (...). Elas já contêm, no entanto, tudo que é essencial para caracterizar o valor (Marx, 1998:98-9).

Porém, um dia quando na ilha desembarcam indivíduos com instintos antropofágicos, Crusoé salva aquele que seria canibalizado, ao qual fez “saber que seu nome seria Sexta-Feira, o dia em que eu tinha salvado a sua vida; (...). Ensinei-lhe também a me chamar de ‘amo’, dando a entender que era também o meu nome” (Defoe, 2011:285).¹² A distância amo-escravo, patrão-empregado, superior-subordinado, deve ser mantida porque, sob o robinsonismo, mesmo que uma pessoa salve a outra da morte não se deve esperar agradecimento, reconhecimento, amizade, “visto que a gratidão não é uma virtude inerente à natureza do homem, e nem sempre os homens guiam seus atos pelos favores que recebem, mas antes pelas vantagens que esperam conseguir” (Defoe, 2011:329).¹³

Dada a pregação fundamentalista dos valores liberais, econômicos e políticos, reproduzidos nos dias de hoje nas IES, o “herói de Defoe é instantânea e universalmente conhecido (...), um arquétipo do herói individualista e confiante dos tempos modernos” (Defoe, 2011:10). E “em seu isolamento Robinson ilustra e reforça a necessidade do individualismo radical e da independência [empreendedora], de cada um abrir caminho no mundo em seus próprios termos” (Defoe, 2011:29). Karl Marx, de modo irônico, denomina essa atitude individualista de robinsonadas:

crítica, que implica um fenômeno positivo: a afirmação do indivíduo e do valor individual, implícito nas obras novelescas desse período, desde *Don Quixote* até *Vermelho e negro* e *Madame Bovary*; porém também é, e precisamente a partir dessa afirmação primeira do valor do indivíduo, uma crítica social extremadamente enérgica. Porque a novela mostra que é a sociedade em que vivem seus heróis, sociedade baseada exclusivamente nos valores do individualismo” (Goldmann, 2008:68).

¹²“a epistemologia de corrente dominante oculta uma ontologia do econômico que postula uma visão da estrutura e das conexões da sociedade mercantil capitalista. Para esse paradigma, a sociedade em que se desenvolve a ação econômica é constituída mediante a agregação dos indivíduos, articulados entre si por nexos externos e não necessários, tais como os que atavam Robinson Crusoé a Sexta-Feira” (Belluzo, 2013:41).

¹³“As amizades nunca passam de alianças que o interesse, na hora inquieta da defesa ou na hora sôfrega do assalto, ata apressadamente com um cordel apressado, e que estalam ao menor embate da rivalidade ou do orgulho” (Queiroz, 1901, V. I:403).

Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasias das robinsonadas do século XVIII,¹⁴ ilusões que de forma alguma expressam como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a vida natural mal-entendida. Da mesma maneira que o ‘contrato social’ de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes, não está fundado em tal naturalismo. Essa aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas (Marx, 2011:39).¹⁵

Apesar da crítica de Marx a essa leitura robinsonada de mundo, a ficção criada no século XVIII por Daniel Defoe (1660-1731),¹⁶ sua fantasia, ainda serve para ilustrar os tempos atuais porque em *Robinson Crusoe* “a cultura capitalista e imperialista ocidental que ele representa e glorifica, a ilha é uma oportunidade para a expropriação colonial, para o desenvolvimento e o progresso (alguns diriam para a espoliação) através da tecnologia humana” (Defoe, 2011:30). Tal afirmação nos remete ao clichê de que “qualquer semelhança é mera coincidência” principalmente quanto a manutenção da cultura capitalista ou neoliberal se desejarem, do individualismo exacerbado ou, como no dizer de Dany-Robert Dufour no seu livro *O divino mercado: a revolução cultural liberal*:

Em suma, talvez tenhamos nos tornado pós-modernos (isto é, infracríticos e pós-neuróticos), mas nunca fomos verdadeiramente modernos. Inoportunamente, caímos na trilha estreita do egoísmo antes mesmo de termos alcançado o horizonte de um individualismo bem compreendido. A consequência é inelutável: já que malogrados na instauração de uma sociedade de iguais, só nos resta ficar atolados numa sociedade de egos. Logo, adeus individualismo, bom dia egoísmo (Dufour, 2008:23).

Apesar de Bottomore e Outhwaite, no *Dicionário do pensamento social do século XX*, comentarem que deve “ficar claro que qualquer tentativa de definir liberalismo é como buscar um alvo móvel”, uma vez que o significado de liberalismo “muda não apenas com o seu nível de abstração e com o passar do tempo, mas também de país a país” (Bottomore e Outhwaite, 1996:421), aqui assumimos que o liberalismo é de “tradição política ocidental” e “refere-se à liberação dos desejos de um indivíduo” e sob a perspectiva de um “estado mínimo” (Bottomore e Outhwaite, 1996:421), fato incontestável, no caso brasileiro, de meados dos anos 1980 à contemporaneidade. “O liberalismo é, como teoria econômica, fator da economia de mercado; como teoria política, é fator do estado que governe o menos possível ou, como se

¹⁴“Foi o utilitarismo do século XVIII, inscrevendo-se no rastro do liberalismo de Locke, que primeiro assinalou essa emergência. (...) Adam Smith afirmava (...) a possibilidade de se subtrair, no conjunto das condutas sociais, a todo princípio moral ou transcendental. Já que a sociedade doravante se apresentava como um conjunto em que ‘cada homem se tornou um comerciante’, passara a ser permitido a qualquer um entregar-se inteiramente à atividade econômica e mercantil *perseguindo objetivos perfeitamente egoístas*; o interesse coletivo devia ser menos servido” (Dufour, 2008:86). (Itálicos no original).

¹⁵ Marx volta a fazer referência ao romance de Daniel Defoe em o *Capital: crítica da economia política: livro I*, quando na Parte Primeira discute Mercadoria e dinheiro: “A economia política adora imaginar experimentos robinsonianos” (Marx, 1998:98).

¹⁶“Robinson Crusoe pode ser visto como um articulado porta-voz das novas atitudes econômicas, religiosas e sociais, as que vieram logo após a Contrarreforma; e no contexto do desenvolvimento do individualismo, a tardia data de sua criação – 1719 – deve ser vista como algo que pesa no argumento geral do livro” (Watt, 1997:15).

diz hoje, do estado mínimo, isto é, reduzido ao mínimo necessário)” (Bobbio, 1986:114)¹⁷. Portanto, o liberalismo como ideologia “econômico-política é uma concepção negativa do estado, reduzido a puro instrumento de realização dos fins individuais, e por contraste uma concepção positiva do não estado, entendido como a espera das relações nas quais o indivíduo em relação com os outros indivíduos forma, explícita e aperfeiçoa a própria personalidade” (Bobbio, 1986:115). Ou seja, o individualismo preconiza que cada um de nós tem o direito a escolher o próprio caminho ou, como no dizer de Friedrich A. Hayek, precursor do chamado neoliberalismo econômico: “[o individualismo] tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais” (Hayek, 1990:40-1).¹⁸

Dadas as limitações e os objetivos do texto, interessa-nos o liberalismo como doutrina econômica, ou seja, como aquele conjunto de ideias favoráveis à existência do mercado como concepção das relações comerciais submetidas à lei da oferta e da procura, da livre-concorrência, e como regulador das relações sociais no interior das organizações e destas com a sociedade.¹⁹ Por conseguinte, a interpretação do significado de liberalismo aqui exposta tem como elemento condutor o fato de o mercado ser o determinante que favorece comportamentos robinsonianos, tanto no que diz respeito a salientar o mérito do individualismo como de este ser o imperativo categórico, a forma do agir empreendedor, do robinsonista. Imperativo que tem permeado e conflitado a sociedade desde meados do século XIX ao entrante XXI. Ainda utilizando Norberto Bobbio:

Pode-se descrever sinteticamente este despertar [permeado] do liberalismo através da seguinte progressão (ou regressão) histórica: a ofensiva dos liberais voltou-se historicamente contra o socialismo, seu natural adversário na versão coletivista (que é, de resto, a mais autêntica); nestes últimos anos voltou-se também contra o estado do bem-estar, isto é, contra a versão atenuada (segundo uma parte da esquerda também falsificada) do socialismo; agora é atacada a democracia, pura e simplesmente. A insídia é grave. Não está em jogo apenas o estado de bem-estar, quer dizer, o grande compromisso histórico entre o movimento operário e o capitalismo maduro, mas a

¹⁷ “O neoliberalismo é, em primeiro lugar, normativo; o mercado deve dominar tudo e o Estado deve ficar reduzido ao papel de preservar as instituições que permitam o funcionamento do primeiro. Em decorrência disso, ele é essencialmente prescritivo, arrolando as medidas que devem ser tomadas para que seja construído (ou reconstruído) esse mundo ideal, completamente organizado pelo mercado. Não há papel aí, portanto, para a ‘ciência’ econômica. (...) Há um deslocamento da ciência pela ‘técnica’, da *Economics* pela *Business Administration*” (Paulani, 2004:136). (Itálicos no original).

¹⁸ “Considerando o individualismo metodológico como a prática de buscar, para os fenômenos sociais, quaisquer que eles sejam, explicações que recaiam no agir individual, vale dizer, encontrar na motivação e na ação dos agentes soberanos o fundamento dos fenômenos sociais de modo geral e dos fenômenos econômicos particularmente, Hayek, foi um pioneiro” (Paulani, 2005:97). “Costuma-se ouvir dizer que a época atual se caracteriza por um irresistível aumento do individualismo. [Foi Christopher Lasch] “um dos primeiros a se interrogar sobre o lado possivelmente contraprodutivo de um individualismo entrado em fase pós-moderna, inevitavelmente chamado a virar um narcisismo pós-moderno a pregar e a preconizar a invasão do eu [*moi*] por toda a parte: nas relações de trabalho, na política, nos meios de comunicação, no sistema educativo, na autoridade e nas relações entre os sexos” (Dufour, 2008:19). (Itálico no original).

¹⁹ “A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais” (Hayek, 1990:58).

própria democracia, quer dizer, o outro grande compromisso histórico precedente entre o tradicional privilégio da propriedade e o mundo do trabalho organizado, do qual nasce direta ou indiretamente a democracia moderna (através do sufrágio universal, da formação dos partidos de massa etc.) (Bobbio, 1986:126).

Apesar do “copyright” do livro de Norberto Bobbio ser de 1984,²⁰ a atualidade de suas observações naquele ano são realidades que vivenciamos no nosso cotidiano, como exemplifica a crise instalada pelo viés da monetarização que, desde os anos 2008, vem assolando os países europeus, sem deixar escapar os Estados Unidos da América, o Japão e, por via de consequência, o Brasil.²¹ Não resta dúvida também de que manifestações antidemocráticas de origem fascistas, como xenofobia, racismo e outros preconceitos de diferentes ídolos, vêm acompanhando ou, talvez, sendo estimuladas por essa mesma crise, que, sem dúvida, foi e está sendo alimentada pelo ideário liberal-econômico, que, associado à perspectiva pós-moderna, exacerba as diferenças em detrimento de solidárias e conciliadoras visões de mundo. E no que diz respeito às relações de produção, o liberalismo econômico tem fomentado processos de flexibilização do trabalho e de sua legislação, a ponto de culpar os ganhos trabalhistas obtidos ao longo da história como os ingredientes causadores da crise econômica pela qual passam os países na contemporaneidade para tanto basta acompanhar os títulos das matérias divulgadas pela denominada “grande mídia”.

É da litania liberal-econômica que o mercado deve ser o provedor e regulador das relações sociais e pela qual são estabelecidos os fundamentos epistêmicos do saber gerencial. Saber que pressupõe o trabalhador não como sujeito, mas como extensão do processo produtivo, como o *homo economicus*, aquele que fundamenta as decisões exclusivamente por razões econômicas e

não há como negar que o duro trabalho de Crusoé é motivado pela necessidade e a satisfação dos resultados obtidos (...). O motivo dominante em Crusoé é o seu próprio proveito econômico (...) Há poucas dúvidas de que, embora não seja cem por cento o *homo economicus*, Crusoé vive em função de um motivo econômico, ou talvez seja governado por ele. Sua sensibilidade está conectada às coisas materiais; ele é metódico, trabalhador, e sabe como fazer uma acurada avaliação de resultados (Watt, 1997:161-2).

Fetichizados pelo modo como a organização econômica da sociedade é praticada, os trabalhadores, sob o robinsonismo, são percebidos como mercadorias, como recursos, como capital humano, como um bem com cotação no mercado de trabalho. “A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria (...)” (Marx, 2010:24).²²

²⁰ BOBBIO, Norberto. *Il futuro della democrazia. Una difesa delle regole del gioco*. Torino: Giulio Einaudi Editore S.P.A., 1984.

²¹ “A crise deflagrada em 2008 demonstra de forma cabal como as transformações ocorridas nos últimos trinta anos no tamanho das instituições e nos instrumentos de mobilização do crédito ampliaram a participação do consumo na formação da demanda efetiva e, ao mesmo tempo, acentuaram a instabilidade das economias capitalistas. A aventura do crédito desregrado não é desconhecida dos que se dedicam ao estudo da matéria, mas foi reproduzida com esmero no ciclo recente. (...) A transformação na órbita financeira e a concentração das políticas monetárias nos modelos de metas de inflação desataram um forte movimento especulativo, primeiro com as empresas de tecnologia e depois com os imóveis residenciais” (Beluzzo, 2013:142).

²² “Como coloca Marx, o fetichismo não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas, tendo de ser também tomado aí como ‘coisa’ o indivíduo isolado, passível de generalização. (...) Na medida em que continuamos a viver numa

Se ainda desejamos ser enfáticos nessa relação trabalhador-mercadoria, o ser humano como uma coisa, poderemos recorrer à lembrança que György Lukács faz de Friedrich Engels: “‘A economia’, diz Engels em comentário à *Crítica da economia política*, de Marx, ‘não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes; mas essas relações estão sempre *ligadas a coisas e aparecem como coisas*’” (Lukács, 2003:23). (Itálicos no original). Daí que a

essência da estrutura da mercadoria (...) se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’ que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens. (...) Nosso objetivo é somente chamar a atenção – *pressupondo* as análises econômicas de Marx – para aqueles problemas fundamentais que resultam do caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade, de um lado, e do comportamento do sujeito a ela, de outro (Lukács, 2003:194).

Podemos concluir que *Robinson Crusóé*, como um dos clássicos da literatura universal, “é uma obra em que não há lugar para a expressão do coletivo; uma obra na maior parte dedicada ao egocentrismo imune à crítica” (Watt, 1997:176). Porém, é justamente da possibilidade do coletivo, do comunitário, do bem comum, da busca de outro mundo que não aquele vergado sobre o individualismo robinsonista, do desenfreado liberalismo econômico, que descreveremos a seguir o étiennismo, descrição que também tem como referência inicial outro clássico da literatura internacional, *Germinal*, de Émile Zola.

3. “Étiennismo”

Existe conformidade entre as ficções escritas por Daniel Defoe e Émile Zola (1840-1902)²³ na medida em que ambos descrevem seus romances a partir de situações concretas. No caso de *Robinson Crusóé*, como apontado anteriormente, a experiência do marinheiro escocês Alexander Selkirk parece ter motivado a redação de Defoe ou de que outras situações induziram a sua escrita. Para escrever *Germinal*, Zola, além de trabalhar com relatos jornalísticos originados das péssimas condições de vida e trabalho dos mineiros franceses, também teve como fonte o livro “*La Viesoutraine* [A vida subterrânea), do engenheiro Louis Simonin (...) publicado pela editora Hachette em 1867” (Zola, 2012:526). No caso de *Germinal* “tudo se passa como se a matéria desse romance houvesse amadurecido lentamente, durante cerca de quinze anos, no mesmo ritmo que o renascimento e a reconstrução das forças políticas que falavam pela classe trabalhadora e pelos intelectuais revolucionários” (Zola, 2012:528).

Além disso, Zola também entrevistou um mineiro para “que lhe contasse sua jornada, explicasse a distribuição das tarefas, o funcionamento das máquinas, o emprego do vocabulário técnico” (Zola, 2012:534) e de “23 de fevereiro a 3 de março de 1884, Zola faz pesquisas em Anzin, nas minas de carvão em plena greve, para o seu ‘romance operário’” (Zola, 2012:551).

Germinal faz parte de um projeto literário idealizado pelo próprio Zola, denominado *Les Rougon-Macquart*, com o subtítulo *História natural e social de uma família no Segundo*

sociedade na qual a troca é a forma por excelência de organização de sua vida material, o fetiche continua aí firme e forte” (Paulani, 2005:197-8).

²³Émile-Édouard-Charles-Antoine Zola.

Império.²⁴ E o objetivo de *Germinal* é que fosse um romance que demonstrasse “a revolta dos operários, o estímulo à sociedade que subitamente cede por um instante: para resumir, a luta do capital e do trabalho. É nisso que reside a importância do livro, eu o quero predizendo o futuro, formulando a questão mais importante do século XX” (Zola, 2012:531), a relação capital-trabalho, patrão-empregado.²⁵

A fim de melhor entender a importância do “ciclo dos Rougon-Macquart” vale reproduzir, ainda que de maneira extensa, a análise que Salette de Almeida Cara faz da obra de Zola no livro *Marx, Zola e a Prosa Realista* (2009). Consideremos também que esta citação poderá auxiliar na melhor compreensão do exposto na seção Introdução deste texto, quando foi apontado que a literatura poderá facilitar a compreensão das relações sociais na sociedade em que vivemos:

O ciclo dos Rougon-Macquart vai expor ficcionalmente a formação da hegemonia capitalista numa sociedade de economia ainda tradicional e rural, já diferenciada pelo próprio avanço da produção capitalista, entre crises mundiais da agricultura, do comércio, da indústria, e num Império fragilizado (Cara, 2009:14).

Tomando o ciclo dos Rougon-Macquart como conjunto, nele a divisão do trabalho, da vida social e das classes estão expostas pela sua própria separação em cada um dos romances que o compõem, todavia ligados pelos mesmos fundamentos modernos. Desse modo Zola apreendia, como um problema, a totalidade do mundo do capital (Ibid.).

O conjunto dos romances traz, portanto, uma pauta de interesses históricos e formais que ainda mobiliza o leitor, mesmo quando o ciclo dos Rougon-Macquart encontra seu limite máximo no romance escrito em 1892, *La Débâcle* (Ibid.).

Desse modo, o leitor estará diante de uma tensão que será cada vez mais constitutiva do próprio jogo do capital, tal como hoje o vivemos, e cuja sustentação hegemônica se dá justamente pelo próprio descarte de valores e ideias, facilmente por outros e mais outros, e pela adesão geral às estruturas da acumulação e do consumo, numa conformação que alcança o âmbito mais particular dos indivíduos (Ibid.).

Porque o título deste terceiro item do presente artigo é denominado de étiennismo? Porque Étienne Lantier é o principal personagem de *Germinal*. A ação do livro ocorre entre os anos de 1866 e 1867, período no qual foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores,

²⁴ O Segundo Império foi implantado por Napoleão III entre os anos de 1852 e 1870. Foram os seguintes os romances da série *Rougon-Macquart*: *La Fortune des Rougon* (1870), *La Curée* (1871), *La Ventre de Paris* (1873), *La Conquête de Plassans* (1874), *La Faute de l'Abbé Mouret* (1875), *Son Excellence Eugène Rougon* (1876), *L'Assommoir* (1877), *Une Page d'amour* (1878), *Nana* (1880), *Pot-Bouille* (1882), *Au Bonheur des dames* (1883), *La Joie de Vivre* (1884), *Germinal* (1885), *L'Ouvre* (1886), *La Terre* (1887), *La Rêve* (1888), *La Bête Humaine* (1890), *L'Argent* (1891), *Le Débâcle* (1892), *Le Docteur Pascal* (1893). Ver <http://emilezola.info>. Acesso em 21.08.2013.

²⁵ “Em 5 de outubro de 1902, o povo de Paris, ao qual se juntou uma delegação de mineiros de Denain, lhe faz um cortejo fúnebre como não se via desde a morte de Victor Hugo. Em 4 de junho de 1908, seu corpo será levado ao Pantheon. Mais tarde, conforme as vicissitudes políticas e ideológicas, o Estado o honrará ou o esquecerá. Ele continua sendo uma figura mais amada pela esquerda do que pela direita. O povo nunca parou de lê-lo. A crítica moderna descobriu sua obra, que é atualmente estudada da mesma forma que os clássicos” (Zola, 2012: 556).

mais tarde conhecida como Primeira Internacional, e que foi dirigida, em 1864, por Karl Marx. Influenciado pelas ideias originadas na Internacional, Étienne vocaliza para os mineiros que trabalhavam na mina Voraz, na cidade de Montsou, norte da França, a possibilidade de que outro mundo seria possível que não aquele no qual viviam. Para tanto, Étienne procurava responder às seguintes perguntas: “por que a miséria de alguns? Por que a riqueza de outros? Por que uns se submetiam aos outros, sem a esperança de um dia tomarem seu lugar?” (Zola, 2012:168). Também inspirado por um anarquista russo, Suvarin, que então também trabalhava na Voraz e que lhe transmitiu conhecimentos sobre cooperativismo, Étienne sonhava “com uma associação universal de troca, em que o dinheiro é abolido e a vida social se baseia no trabalho” (Zola, 2012:169).

Não, sem dúvida, a vida não era engraçada. [Os mineiros] trabalhavam como verdadeiras bestas numa atividade que equivalia a uma punição dos condenados de outrora, eram massacrados mais do que deviam e nem sequer tinham carne na mesa para comerem à noite. Verdade que tinham sua ração e comiam, mas era tão pouca, apenas o bastante para continuarem sofrendo sem morrer de uma vez, esmagados pelas dívidas, perseguidos como se houvessem roubado. Quando chega o domingo, dormiam de cansaço. Os únicos prazeres se resumiam a se embriagar ou fazer filhos nas mulheres; ainda por cima, a cerveja inchava a barriga e os filhos, mais tarde, zombavam deles. Não, a vida não tinha graça nenhuma (Zola, 2012:170).

Étienne acreditava que, com as ideias oriundas da Internacional e das leituras que vinha fazendo sobre anarquismo, cooperativismo, socialismo e que vinha transmitindo aos camaradas,

o mineiro enfim despertava, germinando na terra como uma verdadeira semente; e um dia eles veriam só o que brotaria no meio dos campos: homens, um exército de homens que restabeleceria a justiça. Não eram os cidadãos todos iguais após a Revolução? Agora que todos votavam, por que deveria o operário permanecer escravo do patrão que lhe pagava? As grandes companhias, com suas máquinas, destruíam tudo, e agora eles nem mesmo dispunham contra elas das garantias de outrora, quando as pessoas da mesma profissão reunidas em corporações sabiam se defender. Era, por isso, uma maldição! (Ibid., p. 171).

Com sua voz escaldante, ele [Étienne] falava sem parar. Era como se o horizonte cerrado arrebentasse de repente, uma brecha de luz se abrindo sobre a vida sombria daquela pobre gente. O recomeço eterno da miséria, o trabalho brutal, aquele destino de bicho que dá sua lã e que é sangrado, toda a infelicidade desaparecia, como se varrida por um intenso raio de sol; e, num deslumbramento feérico, a justiça descia do céu. Visto que o bom Deus estava morto, a justiça garantiria a felicidade dos homens, fazendo reinar a igualdade e a fraternidade. Uma nova sociedade nascia em um só dia, assim como nos sonhos, uma cidade imensa, de um esplendor de miragem, na qual cada cidadão vivia de seu trabalho e participava dos prazeres comuns. O mundo velho e podre desabara em pó, uma humanidade jovem, purgada de seus crimes, formava um único povo de trabalhadores, cuja divisa era: a cada um segundo seu mérito, e a cada mérito segundo suas obras. E pouco a pouco esse sonho se ampliava, se embelezava, ainda mais sedutor por almejar o ponto mais alto do impossível (Ibid., p. 173).

Não pretendemos com esta minimalista extração do clássico *Germinal*, à semelhança de *Robinson Crusoe*, expor todo seu conteúdo, que, na tradução brasileira, realizada por Mauro

Pinheiro, é descrito em 556 páginas.²⁶ Aqui, apenas extraímos trechos que consideramos pontuais para dizer que a vida corrente não tem nenhuma graça para os trabalhadores, não importando se de colarinho azul ou branco.

Como uma nova sociedade é possível se o trabalhador é percebido como uma coisa,²⁷ um ser material, um capital intelectual, como mercadoria disponível, disputado no mercado de trabalho como uma simples quantidade na população economicamente ativa, e não como um ser social? Salientamos, mais uma vez, que o trabalho deveria ser percebido como um processo, um movimento, que ocorre por meios de relações sociais no interior das organizações e, conseqüentemente, das relações desses sistemas organizados com a totalidade, com a sociedade.

Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele. (...) Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha *própria* existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim com um ser social. (...) Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a ‘sociedade’ como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não pareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida²⁸, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social* (Marx, 2010:106-7). (Itálicos no original).²⁹

Daí que a concepção de homem que desejamos nessa vida social, nessa vida em sociedade, mesmo que seja em uma sociedade de organizações, como disse Amitai Etzioni,³⁰ não é aquela romantizada por Daniel Defoe, em que o personagem principal Robinson Crusoe sobrevive às próprias custas ou, como desejam os robinsonistas de plantão, através de suas normativas, que prescrevem como deve ser o comportamento do ser humano. O homem ao

²⁶ *Robinson Crusoe*, traduzido por Sergio Flaksman, com introdução e notas de John Richetti, foi publicado com 405 páginas.

²⁷“a influência cada vez mais unilateral do setor econômico na sociedade global tende, mais além da supressão de toda consciência dos valores supraindividuais *no interior da vida econômica*, a debilitar a presença e ação desses valores no conjunto da vida social e sobretudo a reduzir sua autenticidade ao estatuto da falsa consciência, da subjetividade pura, e inclusive da charlatanaria. É o fenômeno da *reificação*” (Goldmann, 2008:114). (Itálicos no original).

²⁸“É somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível. (...) Na comunidade real, os indivíduos obtêm simultaneamente sua liberdade na e por meio de sua associação” (Marx, 2007:64).

²⁹“Se se deseja expor ontologicamente as categoriais específicas do ser social (...), então a tentativa deve começar com a análise do trabalho. (...) E o mais superficial olhar sobre o ser social mostra a indissolúvel articulação entre suas categorias decisivas, tais como as de trabalho, linguagem, cooperação e divisão do trabalho” (Lukács, 2004:55). O trabalho “é, segundo sua essência, uma inter-relação entre o homem (sociedade) e a natureza e, por certo, tanto com a inorgânica, que, sem dúvida, em determinados pontos, pode figurar igualmente na sucessão recém-indicada, porém antes de tudo caracteriza no próprio homem que trabalha a transição desde o ser meramente biológico ao social” (Ibid., p. 58).

³⁰“A nossa sociedade é uma sociedade de organizações. Nascemos em organizações, somos educados por organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações. Passamos muitas de nossas horas de lazer a pagar, a jogar e a rezar em organizações. Quase todos nós morreremos numa organização, e quando chega o momento do funeral, a maior de todas as organizações – o Estado – precisa dar uma licença especial” (Etzioni, 1972:7).

qual nos referimos nesta terceira seção do artigo é aquele que não está sozinho na sociedade, não atua solitariamente. Acreditamos na possibilidade de o homem ser um sujeito transindividual, ou seja, de os trabalhadores, os cidadãos, se perceberem como coletivo, desenvolverem suas atividades como grupo, como “coletividades nas quais os seres humanos pensam e agem *juntos*” (Löwy, 2008:172).³¹ Portanto, o “coletivo ideal [não deve ser] o do rebanho, tampouco da massa, muito menos o da empresa, mas precisamente principia como solidariedade intersubjetiva, como unidade polifônica de direcionamento de vontades, que são repletas do mesmo conteúdo final humano concreto” (Bloch, 2006, 3. v., p. 52).

A administração como área de conhecimento, como ciência social, desenvolve suas propostas de intervenção aquém das necessidades da sociedade, mas consoante com as determinações do mercado.³² Sua leitura utilitarista de mundo, seu cálculo utilitário das consequências, maximiza resultados monetários, minimizando fatores que possam contribuir para o bem-estar do ser social, do trabalhador. Essa oratória da administração aproxima-se da observação que Leda Paulani faz em relação à economia:

se me permitem repisar o argumento, não se trata de ignorar a retórica na ciência econômica e em suas controvérsias. Pelo contrário, se nos reivindicamos tributários da tradição crítica (como é o caso da autora deste trabalho), a análise da retórica dos textos econômicos configura-se um instrumento indispensável para desvendar, por trás de enunciados aparentemente objetivos e neutros, interesses específicos e, mais ainda, prescrições dissimuladas – e, no mais das vezes, conformistas – de políticas sociais e econômicas. Marx, é bom lembrar, fez isso o tempo todo. Mas o objetivo, sempre, é o de perseguir a verdade – no caso, as verdades socioeconômicas –, seja para aceitá-las, seja transformá-las, seja, ainda, para, mais tarde, perceber que não eram tão verdadeiras assim. Só assim, penso, estaremos munidos para cobrar da Modernidade aquilo que ela ainda pode nos oferecer (Paulani, 2004:158-9).

A administração, desde a sua maneira estratégica de atuar, portanto calculada de enxergar o mundo, procura atenuar suas decisões e práticas com o discurso da responsabilidade social empresarial, da governança corporativa, da sustentabilidade e quejandos. Não esquecendo que esta mesma “leitura social” de mundo cria, periodicamente, apodos para o trabalhador, como é o caso da expressão colaborador. E quando deseje dar mais status a esse colaborador, o

³¹“o sujeito completo da ação, e implicitamente a estrutura de consciência, não podem ser compreendidos sem que parta do fato de que os homens atuam conjuntamente, que há uma divisão do trabalho” (Goldmann, 2008:146). Se “trabalhamos a partir do sujeito coletivo, chegamos facilmente a dar conta do conjunto, (...), de uma parte incomparavelmente maior de fatos se si trata da realidade social” (Goldmann, 2008:153).

³²“O modelo de análise e planejamento de sistemas sociais que ora predomina, nos campos da administração, da ciência política, da economia e da ciência social em geral, é unidimensional, porque reflete o moderno paradigma que, em grande parte, considera o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais” (Guerreiro Ramos, 1981:140). “O mercado corresponde assim a uma tentativa de produzir um novo grande Sujeito suscetível de ultrapassar em potência todos os antigos, graças a essa Providência (...). Basta em suma, que tudo enfim vá bem, que aceitemos nos submeter a essa força superior de regulamentação, uma forma (...) de racionalidade (...). Nada deve poder entrar o exercício soberano dessa força. Tudo que se assemelha a um desejo de regulamentação moral ou política resultaria apenas de irrisórias tentativas do homem tentando submeter a Providência a seus miseráveis cálculos. É preciso, segundo a palavra de ordem do liberalismo, ‘deixar fazer’ [laissez-faire], pois, no fundo, é *deus que faz*. O liberalismo, nesse sentido, está no fundamento do desenvolvimento do capitalismo” (Dufour, 2008:87-8). (Itálicos no original).

denomina de empreendedor, desejando que atue como um novo Robinson Crusoe.³³ Porém, no seu dia a dia, dentro e fora das organizações, o trabalhador é uma extensão do processo produtivo, quer como mão de obra ou consumidor dos produtos e/ou serviços que ele mesmo elabora.³⁴ Quanto mais a administração se submete à racionalidade instrumental para tornar-se mais produtiva, mais raciocina dentro dos limites normativos e prescritivos, portanto, não é capaz de compreender as questões sociais emanadas da racionalidade substantiva, porque, com essa atitude, corre o risco de uma leitura positivista de mundo, consequentemente, acrítica, não dialética.³⁵ Tal leitura, tal pensamento conceitual, como bem apontou Guerreiro Ramos, é inocente,³⁶ porque procura definir seus parâmetros de atuação como se ciência natural fosse.³⁷

A teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua. Assume esse caráter porque se baseia na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no ocidente. Na realidade, até agora essa ingenuidade tem sido o fator fundamental de seu sucesso prático. Todavia, cumpre reconhecer agora que esse sucesso tem sido unidimensional³⁸ (...), exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada (Guerreiro Ramos, 1981:1).³⁹

³³TENÓRIO, F.G. Tem razão a gestão social? In: III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2013, Florianópolis-SC. Anais. Florianópolis: ORD/UFSC, 2013.

³⁴ Na realidade, em “todos os aspectos da vida cotidiana, em que o trabalhador individual parece imaginar-se como sujeito de sua própria vida, o imediatismo da sua existência destrói-lhe essa ilusão” (Lukács, 2003:335).

³⁵ Há uma grande diferença entre uma visão de mundo positivista e uma dialética. A visão de mundo positivista “se conforma em tirar uma fotografia o mais exata e minuciosa possível da sociedade existente, enquanto que [a visão dialética] trata de delimitar na sociedade que estuda a consciência possível, as tendências virtuais que estão se desenvolvendo e que se orientam em direção a sua superação. Em suma, a primeira tenta dar conta do funcionamento da estrutura existente, enquanto a segunda se centra nas possibilidades de variação e de transformação da consciência e das realidades sociais” (Goldmann, 2008:76).

³⁶ Esse tipo de comportamento inocente aproxima-se daquilo que Lucien Goldmann chamou de “o ‘especialista analfabeto’ [que] é um perigo que pode desenvolver-se consideravelmente na sociedade de organização” (Goldmann, 2008:75).

³⁷ “Os fatos naturais, por sua casualidade, podem ser explicados, ainda que não possam ser compreendidos; pelo contrário, os fatos culturais devem ser explicados e, ademais, compreendidos” (Goldmann, 2008:26).

³⁸ Apesar de a transcrição a seguir ter sido originalmente escrita nos anos 1964 (*Copyright*), acreditamos que ainda hoje tem sua validade quanto ao significado da unidimensionalidade, apontada por Guerreiro Ramos, que tem origem no pensamento de Herbert Marcuse: “A sociedade industrial recente aumentou, em vez de reduzir, a necessidade de funções parasitárias e alienadas (para a sociedade em seu todo, se não mesmo para o indivíduo). Os anúncios, as relações públicas, a doutrinação e o obsoletismo planejado não mais são custos improdutivos gerais, mas elementos dos custos básicos de produção. Para ser eficaz, tal produção de desperdício socialmente necessário exige a racionalização contínua – a utilização incessante de técnicas avançadas e ciência. Consequentemente, um padrão de vida crescente é o subproduto inevitável da sociedade industrial [e pós-industrial] politicamente manipulada, uma vez ultrapassado certo nível de atraso. (...) Este é o terreno racional e material para a unificação dos opostos, para o comportamento unidimensional” (Marcuse, 1979:63).

³⁹ Como enfatiza Guerreiro Ramos (1981:1), a “palavra *ingenuidade* é usada aqui no sentido em que a empregou Husserl, que reconheceu que a essência do sucesso tecnológico e econômico das sociedades industriais desenvolvidas tem sido uma consequência da intensiva aplicação das ciências naturais”. Por sua vez, Paul Ricoeur (2009:161), ao comentar o pensamento husserliano, diz que “vê na reflexão transcendental um modo de filosofar que tem sua própria história e atravessa a história da ‘ingenuidade’, isto é, *grosso modo* a história das ciências, das técnicas e das filosofias objetivistas que permaneceram fascinadas pelo naturalismo científico” (Itálicos nos originais).

Assim, a busca de uma melhor racionalidade produtiva implica na irracionalidade perante o outro, deixando ao largo a razão emancipadora desejada pela modernidade – liberdade, igualdade e fraternidade –, conflitando, portanto, com os parâmetros da razão. Com Ana Paula Paes de Paula (2012), *apud* D. J. Silva,⁴⁰ reforçaremos o significado desse conflito por meio de Max Horkheimer:

(...) Horkheimer acredita que a crise ética é resultado da crise da própria razão e, sob seus efeitos, os interesses de mercado passam a ser predominantes na consciência dos indivíduos: as relações econômicas, baseadas na tecnologia e na maximização da produtividade, transformam os indivíduos em meros produtores e consumidores vorazes de mercadorias. Instala-se uma ‘feliz’ apatia e uma ‘frieza burguesa’, pois na busca de garantir a sobrevivência e evitar o sofrimento a qualquer custo, os indivíduos se tornam cada vez mais incapazes de sentir inquietações morais e se importar com o outro, colocando em risco o próprio sentido da sua existência (Paula, 2012:68).

4. Considerações finais

A possível existência nas IES da relação antinômica teoria-prática apresentada na introdução deste texto não quer descaracterizar matrizes curriculares que preconizam disciplinas instrumentais em detrimento das conceituais, tampouco desvalorizar o emprego de métodos de pesquisas, quer de origem qualitativa ou quantitativa. Defendemos a posição de que o estudo da administração não deve ater-se a qualquer tipo de ismo. A posição que aqui assumimos é a possibilidade de a reflexão interdisciplinar ser o mote por excelência do pensar da administração.⁴¹ Para tanto, no presente texto nos apoiamos, à guisa de introdução, às temáticas, na estética, particularmente na ficção, não só para fugir da mesmice redacional comum aos textos acadêmicos, mas também para mostrar a possibilidade da interação de conhecimentos que o senso comum talvez não perceba como possível.

Desse modo, os extratos reproduzidos de *Robinson Crusoe*, à semelhança de *Germinal*, tiveram como objetivo estimular a reflexão e dar importância a um fenômeno persistente na formação de graduandos e pós-graduandos nas IES dedicadas ao ensino da administração, o robinsonismo, desconsiderando outras possibilidades como o étienismo. A partir dessa antítese, a hipótese central deste texto foi a de que a questão econômica no ensino e pesquisa da administração tem se sobressaído à questão social. Isto é, o significado de social é mais percebido como um tema ligado a carências, a privações por que passam os indivíduos desassistidos, do que à administração como área de conhecimento, um saber que trata de relações sociais nos sistemas sociais organizados, e no qual o trabalhador deve ser visto como um ser social, e não como um ser reificado.

Por sua vez, uma visão de mundo em direção ao desejado por Étienne, uma sociedade com justiça social, voltada para o bem comum, vai parecer como mais uma leitura utópica. Se entendemos utopia apenas como “qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade” (Houaiss, 2001:2817), portanto, como um “projeto de natureza irrealizável; ideia generosa, porém impraticável; quimera, fantasia” (Ibid.), a compreensão do significado de utópico está correta. No entanto, se entendemos

⁴⁰SILVA, D. J. *Ética e educação para a sensibilidade em Max Horkheimer*. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2001.

⁴¹“Uma autêntica interdisciplinaridade supõe ciências humanas dialéticas e todo reagrupamento de perspectivas positivistas ou idealistas será incapaz de criar uma interdisciplinaridade, somente criará organizações administrativas nas quais os distintos setores terão o mesmo chapéu porém seguirão sendo setores particulares” (Goldmann, 2008:164).

utopia como uma referência crítica à “organização social existente” (Ibid.), embora pressionada pela realidade concreta que vivemos, é possível a aproximação com esses tipos de modelos abstratos, uma vez que a utopia é uma esperança, é uma “intuição objetiva do que-ainda-não-veio-a-ser como algo que-ainda-não-se-tornou-bom” (Bloch, 2005, v. 1, 146).⁴² Quando dizemos aproximar-se é no sentido de avinhar-se de conteúdos cujo fundamento epistemológico não caracterize o trabalhador como uma coisa, um recurso monetarizado, mas como o sujeito de qualquer processo produtivo, e o cidadão não como um cliente ou contribuinte, mas também como um sujeito que deve ser ativo, atuar de forma cívica, no território que vive e/ou trabalha.⁴³ Para tanto, o ensino, a pesquisa e a prática da administração não podem ser implementados como se ela fosse um conhecimento isolado, monodisciplinar, mas como um saber interdisciplinar na medida em que a interação de saberes é o fundamento epistemológico indispensável para compreender a complexidade da sociedade.⁴⁴

Ainda nesse sentido de aproximação, porque não nos acercamos dos significados que nossos vizinhos do continente Abya Yala, artificialmente denominado de América,⁴⁵ usam em relação ao viver em sociedade? Ao Bem Viver (*suma kawsay*) ou Viver Bem (*suma qamaña*) do que Viver Melhor.⁴⁶

Portanto, o *suma qamaña* ou *sumak kawsay* é o processo da vida em plenitude. A vida em equilíbrio material e espiritual. A magnificência e o sublime se expressa em harmonia, em equilíbrio interno e externo de uma comunidade.

É o caminho e o horizonte da comunidade, alcançar o *suma qamaña* ou *sumak kawsay*, que implica primeiro saber viver e logo conviver. Saber viver implica estar em harmonia

⁴²“Tudo que vive, disse Goethe, possui uma atmosfera que envolve. Tudo que é real, sendo vida, processo, podendo ser correlato da fantasia objetiva, possui um horizonte. (...) A *utopia concreta situa-se no horizonte de toda realidade. A possibilidade real envolve até o fim as tendências-latências dialéticas abertas.* (...) Há ainda algo em aberto, que pode ser concebido diferentemente do que até agora, que pode ter suas medidas invertidas, pode ser amarrado de modo diferente, pode ser alterado. Onde não se pode mais nada e onde nada mais é possível, a vida parou” (Bloch, 2005, v. 1: 220-21). (Itálicos no original).

⁴³Lucien Goldmann (2008:75) diz que o homem pode ser definido por meios de duas dimensões fundamentais: “tendência à adaptação ao real e a tendência à superação do real em direção ao possível, em direção a algo que se situa além” do *status quo*.

⁴⁴“Se é verdade que a coisa mais produtora de cultura é o sonho capaz de imaginar um mundo possível melhor; e se o objetivo utópico do transdisciplinar é a unidade do saber, o grande desafio lançado ao pensamento neste início de século e milênio é a contradição entre, de um lado, os problemas cada vez mais globais, interdependentes e planetários (complexos), do outro, a persistência de um modo de conhecimento ainda privilegiando os saberes disciplinarizados, fragmentados, parcelados e compartimentados. O modo de pensamento ou de conhecimento fragmentado, monodisciplinar e simplesmente quantificador, tomando como critério de construção o ponto de vista (o paradigma) de um ramo do saber autodeterminado ou disciplina, como todos os seus interesses subjacentes, é responsável pela prevalência de uma inteligência bastante míope ou cega na medida em que é sacrificada a aptidão humana normal de religar os conhecimentos em proveito da capacidade (também normal) de separar ou desconectar” (Japiassu, 2006:15).

⁴⁵“Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto à América. A expressão foi usada pela primeira vez em 1507, mas só se consagra a partir do final do século XVIII e início do século XIX, por meio das elites crioulas, para se afirmarem no processo de independência em contraponto aos conquistadores europeus” (<http://filosomidia.blogspot.com.br> – Acesso em 19/08/2013).

⁴⁶“As palavras utilizadas em espanhol para traduzir *suma qamaña* (aymara) ou *sumak kawsay* (quechua) são ‘Viver Bem’, utilizado em Bolívia, e ‘Bem Viver’, utilizado em Equador” (Arkonada, 2012:129). “O Viver Bem não é o mesmo que *viver melhor*, já que *viver melhor* é a custo do outro. *Viver melhor* é egoísmo, desinteresse pelos demais, individualismo, somente pensar no lucro. Porque para viver melhor, frente ao próximo, se faz necessário explorar, se produz uma profunda competição, se concentra a riqueza em poucas mãos” (Arkonada, 2012:130). (Itálicos no original).

consigo mesmo: estar bem ou *sumanqaña* e logo, saber relacionar-se ou conviver com todas as formas de existência.

(...)

Neste sentido, Viver Bem é viver em comunidade, em irmandade, e especialmente em complementaridade, é uma vida comunitária, harmônica e autosuficiente. Viver bem significa complementar-nos e compartilhar sem competir, viver em harmonia entre as pessoas e com a natureza. É a base para a defesa da natureza, da vida mesma e de toda a humanidade (Arkonda, 2012) (Itálicos no original).⁴⁷

Assim, desde os anos 1990, professores e/ou pesquisadores tentam sair dessa autodeterminação no ensino, pesquisa e prática da administração por meio de um conceito gerencial que, se ainda não é transdisciplinar, pelo menos intenta se acoplar. Tal conceito tem sido preferido à questão social e preterido à questão econômica. O conceito ao qual nos referimos é o de *gestão social*, que, ao longo desses últimos anos, tem procurado uma definição que não só incorpore de maneira interdisciplinar outros saberes aos fundamentos epistemológicos dos processos gerenciais, como também tem difundido, por meio de encontros nacionais, pesquisas e publicações, a esperança de que outro modo de administrar é possível, que não aquele hegemônico até a contemporaneidade, o modo do cálculo utilitário das consequências. Desse modo, a gestão desejada não tem como fundamento epistêmico a lei da oferta e da procura, a lei do mercado que, por natureza, é excludente, mas sim o fundamento epistêmico daquilo que é concernente à cidadania, à sociedade, portanto, à inclusão social.⁴⁸

⁴⁷Poderíamos acrescentar a esta transcrição outra de Ana Paula Paes de Paula (2012:102): “Se a busca é por um novo tipo de sociedade, devemos ir mais longe do que meramente obter resultados: é necessário superar o determinismo próprio do gerencialismo, compreendendo a gestão como uma construção social e cotidiana. É fundamental admitir que um modelo econômico puramente centrado do mercado não vai garantir um desenvolvimento sustentável e nem a qualidade de vida dos cidadãos hoje ou no futuro. É indispensável perceber que o temor da abertura à participação e a aversão em relação aos árduos e conflituosos processos democráticos implicam em uma visão reducionista das capacidades humanas e nos aprisionam nos limites de uma sociedade violenta, individualista e corrupta”.

⁴⁸1 - Procurando acompanhar essa linha de pensamento, o autor produziu os seguintes textos: TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Gestão social: uma perspectiva conceitual*. *Revista de Administração Pública*, v.32, n.5, set/out, 1998, p.7-23. 2 - TENÓRIO, Fernando Guilherme. PEGS: 10 anos depois. *Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 5, p.189-191, set/out, 2001. (Programa de Estudos em Gestão Social). 3 - TENÓRIO, Fernando Guilherme; DUTRA, José Luís Abreu; MAGALHÃES, Carla Marisa Rebelo de. *Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa*. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28, 2004, Curitiba. Anais..., Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD ROM. 4 - TENÓRIO, Fernando G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). *Revista Administração Pública*, v.40, n.6, dez., 2006. 5 - TENÓRIO, Fernando Guilherme; SARAVIA, Henrique J. Escorços sobre gestão pública e Gestão Social. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. *Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 340p. 6 - TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). *Gestão social: metodologia e casos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a. 7 - TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007b, 632p. 8 - TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Tem razão a administração?* 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a. 9 - TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado*. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b. 10 - TENÓRIO, Fernando Guilherme. A trajetória do programa de estudos em Gestão Social (PEGS). In: SILVA JR, Jeová Torres; MÁISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. *Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c. 11 - TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. In: SILVA JR, Jeová Torres; MÁISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. *Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008d. 12 -

No entanto, devemos considerar que as sementes plantadas à época da Primeira Internacional, apesar de não terem germinado como o desejado, foram, assim mesmo, cultivadas pelos trabalhadores durante boa parte do século XX, isto é, a classe trabalhadora, por meio de suas lutas, obteve ganhos diretos e indiretos que, regulados por leis, permitiram que esses trabalhadores tivessem uma sobrevivência, ainda que precária, no amparo de suas necessidades básicas. E a sociedade civil, igualmente, vem conseguindo práticas de controle social em relação às ações do Estado e do capital. No entanto, com o despertar do liberalismo econômico, também denominado de neoliberalismo nos anos 1970, o deus mercado, a Providência mercantil, vem desde então cultivando as relações produtivas com sementes transgênicas e usando fertilizantes que adubam a questão econômica, e não a questão social. No que diz respeito à sociedade, a Providência mercantil, por meio do seu potencial fetichista que tudo pretende transformar em mercadoria, tem apodado o cidadão como um cliente, consumidor, empreendedor à moda Robison Crusoe e não como um sujeito que deveria ser portador de direitos como Étienne Lantier desejava. Portanto, uma gestão que não pense o trabalhador ou o cidadão como homem econômico, unidimensional, mas sim como indivíduo transindividual, coletivo, aquele que deve agir e pensar intersubjetivamente, como grupo, por meio do diálogo e não do monólogo, a fim de alcançar uma relação concertada, democraticamente, entre o trabalho e o capital e entre a sociedade e o Estado.

5. Referências bibliográficas

- ARKONADA, Katu. *Transiciones hacia el vivir bien o la construcción de un nuevo proyecto político em el Estado Plurinacional de Bolivia*. La Paz: Ministério de Culturas, 2012.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005, v. 1.
- _____. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2006, v. 3.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOTTOMORE, Tom (ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____; OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, Ariádne Scalfoni; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; CANÇADO, Airton Cardoso. *Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda*. Recife: UNIVASF, 2010. 13 - TENÓRIO, Fernando Guilherme. Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã. In: Valdir Roque Dallabrida. (Org.). *Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 73-93. 14 -TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. 2012 In CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, FERNANDO GUILHERME; SILVA JR, J. T. (orgs.). *Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: UNIJUÍ, 2012, 456p. 15 - CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JR, Jeová Torres. (orgs.). *Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: UNIJUÍ, 2012, 456p. 16 - TENÓRIO, Fernando Guilherme. Tem razão a gestão social? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 3, Florianópolis. Anais..., Florianópolis: UFSC, 2013. 1 CD ROM.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

- CARA, Salete de Almeida. *Marx, Zola e a Prosa Realista*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- DENIS, Henri. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- DUFOUR, Dany-Robert. *O divino mercado: a revolução cultural liberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.
- FERREIRA, Fernanda Durão. *As fontes portuguesas de Robinson Crusoe*. Lisboa: CENJOR/Cadernos Minimal, 1996.
- GOLDMANN, Lucien. *La creación cultural en la sociedad moderna*. México: Ediciones Coyoacán, 2008.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.
- LÖWY, Michael. *Lucien Goldmann, ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAPIASSU, Hilton. *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- KANT, Immanuel. *Immanuel Kant: textos seletos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LUKÁCS, György. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- _____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- _____. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PAULA, Ana Paula Paes de. *Estilhaços do real: o ensino da administração em uma perspectiva Benjaminiana*. Curitiba: Juruá, 2012.



**IV Colóquio Internacional de Epistemologia e
Sociologia da Ciência da Administração**
Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

QUEIROZ, Eça. *Obras de Eça de Queiroz*.v. I. Porto: Lello & Irmão, 1901.

RICOEUR, Paul. *Na escola da fenomenologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

TENÓRIO, Fernando G.; VALLE, Rogério (orgs.) *Fábrica de software*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2013.

WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ZOLA, Émile. *Germinal* São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

_____. The Rougon Macquart Novels by Emile. <http://emilezola.info>.